



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150775 - MT (2021/0231503-5)

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**RECORRENTE** : R A Q (PRESO)  
**ADVOGADOS** : RICARDO DA SILVA MONTEIRO - MT003301  
ALMAR BUSNELLO - MT012213  
**RECORRIDO** : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
**CORRÉU** : A F DOS S  
**CORRÉU** : R G DE Q  
**CORRÉU** : E R DA S M  
**CORRÉU** : F P DA S  
**CORRÉU** : J DE B C  
**CORRÉU** : E A F  
**CORRÉU** : D I DOS S N  
**CORRÉU** : V DA S A  
**CORRÉU** : A F DOS S

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por R A Q contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO (HC n. 009451-20.2021.8.11.0000).

O recorrente foi denunciado e encontra-se preso preventivamente (desde 16.10.2020) pela suposta prática dos delitos de organização criminosa armada, com a participação de funcionário público (art. 2º, §§ 2º e 4º, inciso II, da Lei n. 12.850/2013), tráfico de drogas (art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006) e roubo majorado pelo concurso de pessoas e emprego de arma de fogo (art.157, § 2º, inciso II, e § 2º-A, inciso I, do Código Penal).

Sustenta que sofre constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo na formação da culpa e porque a sua prisão cautelar está assentada em *decisum* genérico, carente de fundamentação idônea.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva, ainda que mediante a imposição de medidas cautelares. No mérito, pugna pelo provimento definitivo do recurso.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

As questões suscitadas pelo insurgente foram ampla e muito bem enfrentadas pelo acórdão impugnado (composto por 83 páginas), que, em resumo, expôs (e-STJ fls. 3116/3117):

**HABEAS CORPUS – ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ARMADA  
COMPARTICIPAÇÃO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO, TRÁFICO  
DE DROGAS E ROUBO CIRCUNSTANCIADO PELO  
CONCURSO DE PESSOAS E COM EMPREGO DE ARMA DE  
FOGO – “OPERAÇÃO CÉRBERUS” – GRUPO CRIMINOSO**

SUPOSTAMENTE ENVOLVIDO NA PRÁTICA ALCUNHADA DE “ARROCHO” – ROUBO DE DROGAS PARA REVENDA A OUTROS TRAFICANTES – PROPALADA AUSÊNCIA DE *PERICULUM LIBERTATIS* – PRISÃO PREVENTIVA LASTREADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA – APREENSÃO DE 114 QUILOS DE COCAÍNA NA RESIDÊNCIA DO PACIENTE – PRISÃO EM FLAGRANTE NO MOMENTO EM QUE COMERCIALIZAVA PARTE DA DROGA SUBTRAÍDA – AGENTE RESPONSÁVEL PELO FORNECIMENTO DE RASTREADOR PARA ACOMPANHAMENTO DO ALVO DO “ARROCHO” – EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA – INEXISTÊNCIA DE DESÍDIA OU MOROSIDADE IRRAZOÁVEL DO PODER JUDICIÁRIO – ORDEM DENEGADA EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL.

Não há falar em constrangimento ilegal na decisão que decreta a custódia cautelar com lastro na garantia da ordem pública, tendo em vista a localização na residência do paciente da quantia de 114 [cento e quatorze] quilos de cocaína subtraída, avaliada em aproximadamente R\$ 2.000.000,00 [dois milhões de reais], além da importância de R\$ 29.990,00 [vinte e nove mil, novecentos e noventa reais] em espécie, demonstrando seu intenso envolvimento e participação na suposta organização criminoso. Além de ser sobrinho de um dos supostos líderes do grupo criminoso, o paciente também foi responsável, segundo as investigações, pelo fornecimento dos rastreadores utilizados para acompanhar os alvos do “arrocho”.

Havendo fortes indícios de se tratar de um esquema criminoso integrado por indivíduos de modo organizado, com divisão de tarefas, objetivando a comercialização de entorpecentes, adquiridos por meio da prática alcunhada de “arrocho” – subtração de carregamento de substâncias entorpecentes para revendê-los a outros traficantes –, mediante grave ameaça exercida com emprego de armas de fogo, se revela imprescindível a manutenção da prisão preventiva para garantia da ordem pública, haja vista o *modus operandi* empregado e as várias ramificações do suposto grupo criminoso, contando com a participação de policiais e de ex-policiais.

Não há excesso de prazo na formação da culpa, quando inexistem evidências de inércia ou morosidade irrazoável e desproporcional no andamento do feito por culpa exclusiva do Poder Judiciário.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência